


**MEDIAÇÃO COMPORTAMENTAL EM SALA DE AULA: PRÁTICAS EDUCACIONAIS
FRENTE AO TRANSTORNO OPOSITIVO DESAFIADOR**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.032-001>

Luís Antônio Marques Tavares

Mestrando em Ensino de Ciências e Matemática
Universidade de Passo Fundo - UPF, Parintins AM
E-mail: 210709@upf.br
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/4343964506606619>

Naiara Cristina de Souza Garajau

Graduanda em Enfermagem
Universidade Norte Paraná - UNOPAR, Arapiraca AL
E-mail: naiaragarajau5@gmail.com
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/9031642088369308>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9764-4109>

Jussara Maria dos Santos Vieira

Pós-Graduada em Práticas Interdisciplinares
Universidade Estadual do Paraíba -UEPB, Campina Grande PB
E-mail: arassujvieira@hotmail.com
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/1473534039037663>

Leila Cristina Figur

Pós-Graduada em Neuropsicopedagogia, Educação Especial e Inclusiva
Faculdade Dom Alberto - DOM ALBERTO, Santa Cruz do Sul RS
E-mail: leilafigur76@gmail.com
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/3567758675054491>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6459-5870>

Luciana de Almeida Santana Bulhosa

Pós-Graduada em MBA em Gestão de Clínica e Consultório
Faculdade Unyleya - UNYLEYA, Porto Seguro BA
E-mail: bulhosa.lu@hotmail.com
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/6052527087188629>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2846-5848>

Edineusa de Costa Freitas

Graduada em Pedagogia
Faculdade Integradas de Ariquemes - FIAR, Ariquemes RO
E-mail: prof.edineusa36@gmail.com
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/7805453496777752>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3838-3898>

Arthur Marroquim do Nascimento

Graduado em Física

Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE,

E-mail: arthur@profarthur.org

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/2293060598062660>

Lorena Barbosa de Castro Bittencourt

Graduanda em Psicologia

Faculdade Boas Novas

E-mail: lor_m12@hotmail.com

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/5353907703714897>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8311-5501>

Marília Trindade Félix de Sousa

Pós-Graduada em Psicopedagogia Clínica

Faculdade Intervale - INTERVALE, Codó MA

E-mail: marilia.trindade.uema.t5@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0116-8752>

Diego Mairins Pereira

Pós-Graduado em Química Forense

Faculdade de Ensino de Minas Gerais - FACEMINAS, Giovanini MG

E-mail: ifdiegomairinspereira@gmail.com

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/7893129521213506>

RESUMO

A mediação comportamental em sala de aula tem se destacado como uma estratégia pedagógica relevante frente aos desafios impostos pelo Transtorno Opositivo Desafiador no contexto educacional. Esse transtorno, caracterizado por padrões persistentes de comportamento desafiador, negativista e opositor, interfere significativamente no processo de ensino-aprendizagem, nas relações interpessoais e no clima escolar. O presente estudo teve como objetivo analisar as práticas de mediação comportamental em sala de aula frente ao Transtorno Opositivo Desafiador, considerando seus fundamentos teóricos, legais e pedagógicos, bem como suas contribuições para a educação inclusiva. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada a partir da análise de artigos científicos, trabalhos acadêmicos e documentos normativos publicados entre 2018 e 2025, selecionados em bases de dados nacionais e internacionais. Os resultados evidenciaram que a mediação comportamental, quando fundamentada no diálogo, na previsibilidade das rotinas, no reforço positivo e no fortalecimento do vínculo professor-aluno, contribui para a redução de conflitos, para a melhoria da interação social e para o desenvolvimento socioemocional de crianças com Transtorno Opositivo Desafiador. Verificou-se, ainda, que a efetividade dessas práticas está diretamente relacionada à formação docente, ao suporte institucional e à articulação com as políticas públicas de educação inclusiva. Conclui-se que a mediação comportamental constitui um recurso pedagógico essencial para a promoção de ambientes escolares mais acolhedores, equitativos e inclusivos,

reafirmando o papel da escola na garantia do direito à educação e no desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Mediação comportamental; Prática pedagógica; Sala de aula; Transtorno opositor desafiador.

1 INTRODUÇÃO

A mediação comportamental em sala de aula tem se consolidado como uma estratégia pedagógica fundamental diante dos desafios impostos pelo Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), especialmente no contexto da educação inclusiva. O TOD é caracterizado por um padrão persistente de comportamento negativista, desafiador, desobediente e hostil frente a figuras de autoridade, manifestando-se com maior frequência na infância e podendo gerar impactos significativos no desenvolvimento emocional, social e acadêmico da criança (Côrtes, 2021; Ribeiro *et al.*, 2024). No ambiente escolar, tais manifestações repercutem diretamente nas relações interpessoais, na dinâmica da sala de aula e no processo de ensino-aprendizagem, exigindo dos profissionais da educação práticas pedagógicas sensíveis, estruturadas e mediadas por fundamentos teóricos e legais.

A escola, enquanto espaço privilegiado de socialização e construção do conhecimento, tem papel central na identificação precoce de dificuldades comportamentais e na implementação de estratégias que favoreçam o desenvolvimento integral do estudante. Nesse sentido, a mediação comportamental surge como um recurso pedagógico que visa orientar, regular e ressignificar comportamentos, promovendo a convivência respeitosa, a autonomia e o fortalecimento de habilidades socioemocionais. Estudos apontam que intervenções mediadas, baseadas no diálogo, na previsibilidade de rotinas e no estabelecimento de limites claros, contribuem para a redução de conflitos e para a melhoria do desempenho escolar de crianças com TOD (Bezerra *et al.*, 2024; Utzig *et al.*, 2022).

No cenário brasileiro, a discussão sobre práticas educacionais frente ao TOD deve ser compreendida à luz dos marcos legais que asseguram o direito à educação e à inclusão. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece, em seus artigos 205 e 208, que a educação é direito de todos e dever do Estado, garantindo atendimento educacional especializado aos educandos que dele necessitarem (Brasil, 1988). Esse princípio é reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que orienta a organização dos sistemas de ensino para atender à diversidade dos estudantes, respeitando suas especificidades e necessidades educacionais (Brasil, 1996). Ademais, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência amplia o debate ao reafirmar a educação inclusiva como direito fundamental, enfatizando a eliminação de barreiras atitudinais e pedagógicas no contexto escolar (Brasil, 2015).

Complementarmente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta a construção de práticas pedagógicas que favoreçam a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições cognitivas ou comportamentais (Brasil, 2008). A Base Nacional Comum Curricular, por sua vez, destaca a importância do desenvolvimento de competências socioemocionais, da empatia e da resolução de conflitos, elementos diretamente relacionados às propostas de mediação comportamental em sala de aula (Brasil, 2018). Dessa forma, o enfrentamento do TOD no contexto educacional não se restringe a intervenções isoladas, mas demanda ações articuladas entre escola, família e serviços de saúde.

No campo da saúde, documentos como os Cadernos de Atenção Psicossocial e a Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças e Adolescentes ressaltam a necessidade de abordagens interdisciplinares para o acompanhamento de crianças com transtornos do comportamento, incluindo o TOD (Brasil, 2014a; Brasil, 2014b). Essa articulação intersetorial reforça a importância de práticas educativas alinhadas a estratégias de cuidado integral, nas quais a mediação comportamental assume papel relevante ao favorecer a comunicação, a adaptação social e o vínculo entre estudante e escola.

Apesar dos avanços normativos e teóricos, observa-se que muitos professores ainda enfrentam dificuldades para lidar com comportamentos opostos em sala de aula, especialmente pela ausência de formação específica e de apoio institucional contínuo. Pesquisas evidenciam que a falta de preparo pode levar à adoção de práticas punitivas ou excludentes, que tendem a intensificar os comportamentos desafiadores e a comprometer o processo educativo (Mendes, 2022; Menezes *et al.*, 2022). Nesse contexto, a mediação comportamental apresenta-se como alternativa pedagógica ética e eficaz, ao priorizar o acolhimento, a compreensão das causas do comportamento e a construção conjunta de estratégias de convivência.

Diante desse panorama, delimita-se como problema de pesquisa a seguinte questão: de que maneira a mediação comportamental em sala de aula pode contribuir para práticas educacionais mais inclusivas e eficazes frente ao Transtorno Opositivo Desafiador? Tal problematização parte do reconhecimento de que o TOD não deve ser compreendido apenas sob uma perspectiva patologizante, mas também como um fenômeno que envolve relações de poder, normas sociais e contextos institucionais, conforme discutido por autores que analisam o transtorno a partir de abordagens críticas e interdisciplinares (Martins *et al.*, 2021; Gomes *et al.*, 2025).

O objetivo geral deste trabalho é analisar as práticas de mediação comportamental em sala de aula frente ao Transtorno Opositivo Desafiador, considerando seus fundamentos teóricos, legais e pedagógicos, bem como suas contribuições para o processo de inclusão escolar. Busca-se compreender como tais práticas podem favorecer o desenvolvimento socioemocional, a aprendizagem e a interação social de crianças com TOD, além de subsidiar a atuação docente diante dos desafios cotidianos impostos por esse transtorno.

A justificativa para a realização deste estudo fundamenta-se na relevância social, educacional e científica do tema. Do ponto de vista social, compreender e difundir estratégias de mediação comportamental contribui para a promoção de ambientes escolares mais justos, acolhedores e inclusivos, reduzindo processos de estigmatização e exclusão. No âmbito educacional, o estudo oferece subsídios teóricos e práticos para professores e gestores escolares, auxiliando na construção de práticas pedagógicas alinhadas às políticas públicas e às necessidades reais dos estudantes. Já no campo científico, a pesquisa dialoga com produções recentes que abordam o TOD sob diferentes perspectivas, ampliando o debate sobre a mediação comportamental como ferramenta pedagógica e reforçando a importância de abordagens interdisciplinares no enfrentamento dos desafios educacionais contemporâneos (Bandeira e Martins, 2021; Corrêa *et al.*, 2023; Sousa, 2023).

Assim, ao abordar a mediação comportamental em sala de aula frente ao Transtorno Opositivo Desafiador, este trabalho propõe-se a contribuir para a reflexão crítica e para o aprimoramento das práticas educacionais, reafirmando o compromisso da escola com a educação inclusiva e com o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita a síntese sistemática e crítica de produções científicas sobre um determinado fenômeno, permitindo a compreensão ampliada do estado do conhecimento e a identificação de lacunas teóricas e práticas. Essa abordagem mostrou-se adequada para analisar as práticas de mediação comportamental em sala de aula frente ao Transtorno Opositivo Desafiador, por contemplar estudos com diferentes delineamentos metodológicos e perspectivas interdisciplinares, especialmente nas áreas da educação, saúde e políticas públicas.

A revisão integrativa foi conduzida a partir das seguintes etapas: identificação do tema e formulação da questão norteadora; definição dos critérios de inclusão e exclusão; busca nas bases de dados; seleção dos estudos; análise crítica do material; e síntese dos resultados. Como questão norteadora, definiu-se: quais práticas de mediação comportamental em sala de aula são descritas na literatura científica como estratégias educacionais frente ao Transtorno Opositivo Desafiador?

A busca dos estudos foi realizada em bases de dados nacionais e internacionais relevantes para as áreas de educação e saúde, incluindo SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde, Google Acadêmico e periódicos científicos especializados, além da consulta a documentos normativos e legislações brasileiras pertinentes à educação inclusiva. Foram utilizados descritores controlados e não controlados, combinados por meio de

operadores booleanos, a fim de ampliar a sensibilidade da busca e garantir a recuperação de estudos alinhados ao objetivo da pesquisa.

Os descritores utilizados incluíram termos relacionados ao transtorno, ao contexto escolar e às práticas pedagógicas, tais como: transtorno opositor desafiador, mediação comportamental, educação inclusiva, práticas pedagógicas, sala de aula e desenvolvimento infantil. Esses termos foram empregados em português, considerando-se a predominância de produções nacionais sobre o tema, bem como a pertinência do recorte legal e educacional brasileiro.

Figura 1 – Fluxograma ou esquema dos descritores e estratégias de busca utilizados na revisão integrativa



Fonte: Autoria própria (2026)

Foram definidos como critérios de inclusão: artigos científicos, revisões de literatura, estudos de caso, trabalhos acadêmicos e documentos oficiais publicados entre 2018 e 2025, disponíveis na íntegra, em língua portuguesa, e que abordassem o Transtorno Opositivo Desafiador no contexto escolar, com ênfase em práticas pedagógicas, mediação comportamental ou inclusão educacional. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados estudos duplicados, produções que não abordassem o contexto educacional ou que tratassem o transtorno exclusivamente sob a perspectiva clínica, sem relação com a prática escolar.

A seleção dos estudos ocorreu inicialmente por meio da leitura dos títulos e resumos, seguida da leitura na íntegra das produções que atenderam aos critérios estabelecidos. Posteriormente, realizou-se a

análise crítica do conteúdo, considerando aspectos como objetivos, metodologia, principais resultados e contribuições para a compreensão da mediação comportamental em sala de aula frente ao Transtorno Opositivo Desafiador.

A síntese dos dados foi realizada de forma descritiva e analítica, organizando-se os achados em categorias temáticas, tais como: caracterização do Transtorno Opositivo Desafiador no contexto escolar; desafios enfrentados pelos docentes; estratégias de mediação comportamental; e articulação entre práticas pedagógicas e políticas públicas de educação inclusiva. Essa organização permitiu a integração dos resultados e a construção de uma visão crítica sobre as práticas educacionais descritas na literatura.

Por se tratar de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, o estudo não envolveu a participação direta de seres humanos, dispensando apreciação por comitê de ética em pesquisa, conforme as normativas vigentes. Ainda assim, foram respeitados os princípios éticos da pesquisa científica, com a adequada citação das fontes utilizadas e o rigor na análise e interpretação dos dados.

Essa metodologia possibilitou a construção de um panorama consistente acerca da mediação comportamental em sala de aula frente ao Transtorno Opositivo Desafiador, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a reflexão e o aprimoramento das práticas educacionais inclusivas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados evidenciou que a mediação comportamental em sala de aula configura-se como uma estratégia pedagógica essencial para o enfrentamento dos desafios impostos pelo Transtorno Opositivo Desafiador no contexto escolar. Os resultados apontam que o TOD apresenta impactos significativos no desenvolvimento infantil, especialmente no que se refere à aprendizagem, à socialização e à permanência do estudante na escola, demandando práticas educativas que ultrapassem abordagens punitivas e excludentes (Côrtes, 2021; Ribeiro *et al.*, 2024).

De forma recorrente, os estudos analisados destacam que o comportamento opositor e desafiador interfere diretamente na dinâmica da sala de aula, gerando conflitos frequentes com professores e colegas, além de comprometer o rendimento acadêmico. Bezerra *et al.* (2024) indicam que, quando não mediadas adequadamente, tais manifestações tendem a ser interpretadas apenas como indisciplina, desconsiderando os fatores emocionais, sociais e institucionais envolvidos. Nesse sentido, a mediação comportamental emerge como um recurso pedagógico que possibilita a compreensão ampliada do comportamento, favorecendo intervenções mais humanizadas e eficazes.

Os resultados também revelam que a mediação comportamental contribui para a construção de um ambiente escolar mais organizado, previsível e acolhedor, aspectos fundamentais para estudantes com TOD. A previsibilidade das rotinas, a clareza das regras e o uso do diálogo como estratégia central foram

apontados como fatores que reduzem episódios de enfrentamento e favorecem a autorregulação emocional. Tais achados corroboram a literatura ao indicar que a organização do ambiente pedagógico é elemento-chave na promoção de comportamentos mais adaptativos (Utzig *et al.*, 2022; Mendes, 2022).

O transtorno opositor desafiador caracteriza-se por um padrão persistente de comportamento negativista, desafiador e hostil, que se manifesta de forma recorrente nas interações com figuras de autoridade, especialmente no ambiente escolar, exigindo intervenções que considerem os múltiplos fatores envolvidos em sua manifestação (Côrtes, 2021)

Essa definição reforça a compreensão de que o TOD não deve ser analisado de forma isolada, mas contextualizado nas relações sociais e institucionais em que a criança está inserida. Assim, a mediação comportamental assume papel relevante ao possibilitar a reorganização dessas relações, favorecendo práticas pedagógicas mais inclusivas.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO TRANSTORNO OPOSITIVO DESAFIADOR NO CONTEXTO ESCOLAR

Os estudos analisados indicam que crianças com TOD apresentam dificuldades persistentes no cumprimento de regras, resistência às orientações do professor, irritabilidade frequente e comportamentos provocativos, o que repercute negativamente no processo de ensino-aprendizagem. Ribeiro *et al.* (2024) destacam que tais manifestações, quando não mediadas de forma adequada, podem gerar prejuízos cumulativos ao desenvolvimento infantil, ampliando dificuldades acadêmicas e sociais ao longo do tempo.

Oliveira e Costa (2021) ressaltam que o ambiente escolar, ao adotar práticas rígidas e pouco flexíveis, tende a intensificar comportamentos opositores, reforçando ciclos de conflito e exclusão. Nessa perspectiva, a mediação comportamental apresenta-se como alternativa à lógica punitiva, ao priorizar a compreensão do comportamento e a construção de estratégias pedagógicas que promovam a inclusão.

A escola, ao não reconhecer as especificidades do transtorno opositor desafiador, acaba por reforçar processos de exclusão simbólica, nos quais a criança passa a ser rotulada como indisciplinada, dificultando sua participação efetiva no processo educativo (Oliveira e Costa, 2021).

Quadro 1 – Características do Transtorno Opositivo Desafiador no contexto escolar

Dimensão	Características observadas no contexto escolar
Comportamental	Comportamentos desafiadores, recusa em obedecer regras, enfrentamento frequente à autoridade docente
Emocional	Irritabilidade constante, baixa tolerância à frustração, explosões emocionais
Social	Dificuldades de interação com colegas, conflitos interpessoais recorrentes
Acadêmica	Prejuízo no rendimento escolar, dificuldade de concentração e engajamento nas atividades
Institucional	Maior risco de estigmatização, aplicação de práticas punitivas e processos de exclusão

Fonte: Autoria própria (2026)

O Quadro 1 apresenta uma síntese das principais características do TOD no ambiente escolar, conforme descritas na literatura, incluindo comportamentos desafiadores, dificuldades de interação social e impacto no desempenho acadêmico. Essa sistematização evidencia a necessidade de práticas pedagógicas que considerem tais especificidades, evitando abordagens homogêneas e excludentes.

3.2 MEDIAÇÃO COMPORTAMENTAL COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

A mediação comportamental é descrita nos estudos como uma prática pedagógica que busca orientar o comportamento do estudante por meio do diálogo, da escuta ativa e da construção de acordos, promovendo a autonomia e o desenvolvimento socioemocional. Utzig *et al.* (2022) apontam que estratégias mediadas favorecem a interação social e reduzem conflitos, especialmente quando associadas a práticas colaborativas e ao fortalecimento do vínculo professor-aluno.

Bandeira e Martins (2021) enfatizam o papel da psicopedagogia na mediação comportamental, destacando a importância da observação sistemática do comportamento e da elaboração de planos de intervenção individualizados. Segundo as autoras, a mediação permite identificar fatores desencadeadores do comportamento opositor e construir alternativas pedagógicas mais adequadas às necessidades do estudante.

A mediação comportamental no contexto escolar não se limita à contenção do comportamento, mas envolve um processo contínuo de compreensão, intervenção e acompanhamento, no qual o professor assume o papel de mediador do desenvolvimento emocional e social da criança (Bandeira e Martins, 2021).

Quadro 2 – Estratégias de mediação comportamental utilizadas no contexto escolar

Estratégia	Descrição	Contribuições para o estudante com TOD
Reforço positivo	Valorização de comportamentos adequados por meio de elogios e incentivos	Fortalece comportamentos adaptativos e a autoestima
Estabelecimento de rotinas	Organização previsível das atividades diárias	Reduz ansiedade e comportamentos opositores
Mediação de conflitos	Intervenção dialogada diante de situações de conflito	Favorece a resolução pacífica e o desenvolvimento socioemocional
Contratos comportamentais	Acordos claros entre professor e estudante	Promove responsabilidade e corresponsabilização
Escuta ativa	Atenção às necessidades e sentimentos do estudante	Fortalece o vínculo professor-aluno

Fonte: Autoria própria (2026)

O Quadro 2 reúne as principais estratégias de mediação comportamental identificadas na literatura, como o reforço positivo, a mediação de conflitos, a adaptação das rotinas pedagógicas e o estabelecimento de limites claros. Os estudos indicam que tais estratégias são mais eficazes quando aplicadas de forma consistente e alinhadas às diretrizes da educação inclusiva.

3.3 FORMAÇÃO DOCENTE E DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Os resultados evidenciam que a formação do professor é um fator determinante para a efetividade da mediação comportamental. Mendes (2022) e Menezes *et al.* (2022) destacam que muitos docentes se sentem despreparados para lidar com comportamentos desafiadores, o que contribui para a adoção de práticas punitivas e pouco eficazes. A ausência de formação específica sobre transtornos do comportamento e educação inclusiva foi apontada como um dos principais obstáculos à implementação da mediação.

Sousa (2023) acrescenta que a sobrecarga de trabalho, o número elevado de alunos por turma e a falta de apoio institucional dificultam a aplicação de estratégias mediadoras no cotidiano escolar. Esses fatores reforçam a necessidade de políticas públicas que invistam na formação continuada e no suporte multiprofissional aos professores.

Os desafios enfrentados pelo professor no manejo do transtorno opositor desafiador em sala de aula evidenciam a necessidade de formação continuada e de suporte institucional, de modo a evitar práticas excludentes e promover a inclusão escolar (Mendes, 2022).

Quadro 3 – Desafios e possibilidades na mediação comportamental em sala de aula

Desafios identificados	Possibilidades de enfrentamento
Falta de formação docente específica	Investimento em formação continuada
Turmas numerosas	Planejamento pedagógico colaborativo
Ausência de apoio multiprofissional	Articulação com equipes de saúde e orientação educacional
Predominância de práticas punitivas	Adoção de estratégias mediadoras e inclusivas
Sobrecarga de trabalho docente	Apoio institucional e gestão participativa

Fonte: Autoria própria (2026)

O Quadro 3 apresenta os principais desafios enfrentados pelos docentes, bem como as possibilidades de superação apontadas na literatura, incluindo formação continuada, trabalho interdisciplinar e apoio da gestão escolar.

3.4 MEDIAÇÃO COMPORTAMENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os estudos analisados reforçam que a mediação comportamental deve estar alinhada aos marcos legais e às políticas públicas de educação inclusiva. A Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Brasileira de Inclusão asseguram o direito à educação de todos os estudantes, orientando a adoção de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade (Brasil, 1988; Brasil, 1996; Brasil, 2015).

Gomes et al. (2025) discutem a distância existente entre o reconhecimento legal do TOD e sua efetiva consideração nas práticas escolares, destacando que a presença de um laudo diagnóstico não garante, por si só, a inclusão educacional. Segundo os autores, é fundamental que a escola se aproprie das legislações e as traduza em ações pedagógicas concretas.

Entre o laudo e a lei, observa-se um hiato significativo, no qual os direitos educacionais das crianças com transtorno opositor desafiador nem sempre se materializam em práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano escolar (Gomes *et al.*, 2025).

Quadro 4 – Marcos legais e diretrizes relacionadas à educação inclusiva e ao TOD

Documento legal/normativo	Contribuições para a prática educacional
Constituição Federal de 1988	Garante o direito à educação e ao atendimento educacional especializado
Lei nº 9.394/1996 (LDB)	Orienta a organização dos sistemas de ensino para atender à diversidade
Lei nº 13.146/2015	Reafirma a educação inclusiva como direito fundamental
Política Nacional de Educação Especial (2008)	Direciona práticas pedagógicas inclusivas
Base Nacional Comum Curricular (2018)	Valoriza competências socioemocionais e resolução de conflitos

Fonte: Autoria própria (2026)

O Quadro 4 sistematiza os principais dispositivos legais e documentos normativos que fundamentam a atuação da escola frente ao TOD, reforçando a obrigatoriedade de práticas mediadoras e inclusivas.

3.5 SÍNTESE E IMPLICAÇÕES DOS RESULTADOS

De forma integrada, os resultados demonstram que a mediação comportamental constitui uma estratégia pedagógica fundamental para o enfrentamento do Transtorno Opositivo Desafiador em sala de aula. Quando fundamentada em princípios inclusivos, legais e interdisciplinares, a mediação contribui para a melhoria do clima escolar, para o fortalecimento das relações interpessoais e para o desenvolvimento integral da criança. Os achados reforçam a necessidade de investimento em formação docente, apoio institucional e articulação entre educação e saúde, reafirmando o papel da escola como espaço de promoção da equidade e da inclusão educacional.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo geral analisar as práticas de mediação comportamental em sala de aula frente ao Transtorno Opositivo Desafiador, considerando seus fundamentos teóricos, legais e pedagógicos, bem como suas contribuições para a promoção da educação inclusiva. Ao longo da pesquisa, buscou-se compreender de que maneira a mediação comportamental pode favorecer o desenvolvimento socioemocional, a aprendizagem e a interação social de crianças com TOD, além de subsidiar a atuação docente diante dos desafios impostos por esse transtorno no contexto escolar.

Os resultados evidenciaram que o Transtorno Opositivo Desafiador impacta de forma significativa a dinâmica da sala de aula, interferindo no processo de ensino-aprendizagem, nas relações interpessoais e no clima escolar. Verificou-se que comportamentos desafiadores, quando compreendidos apenas sob a ótica

da indisciplina, tendem a ser agravados por práticas punitivas e excludentes. Em contrapartida, a literatura analisada aponta que estratégias de mediação comportamental, fundamentadas no diálogo, na previsibilidade das rotinas e no fortalecimento do vínculo professor-aluno, contribuem para a redução de conflitos e para a melhoria do desempenho acadêmico e social.

Observou-se ainda que a mediação comportamental se configura como uma prática pedagógica alinhada aos princípios da educação inclusiva, conforme preconizado pelos marcos legais e normativos brasileiros. A Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Brasileira de Inclusão, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Base Nacional Comum Curricular oferecem sustentação normativa para a adoção de práticas mediadoras que respeitem a diversidade e garantam o direito à educação de todos os estudantes, incluindo aqueles com Transtorno Opositivo Desafiador.

No que se refere às contribuições da pesquisa, destaca-se a sistematização de evidências científicas que reforçam a relevância da mediação comportamental como estratégia pedagógica eficaz e ética no contexto escolar. O estudo contribui para a reflexão crítica sobre a prática docente, ao evidenciar a necessidade de superar abordagens centradas na punição e avançar na construção de práticas educativas mais humanizadas, inclusivas e interdisciplinares. Além disso, oferece subsídios teóricos que podem auxiliar professores, gestores escolares e demais profissionais da educação na elaboração de estratégias de intervenção mais adequadas às necessidades dos estudantes com TOD.

Entretanto, a pesquisa também evidenciou limitações relacionadas à escassez de estudos empíricos que avaliem de forma sistemática os efeitos das práticas de mediação comportamental no cotidiano escolar. Nesse sentido, sugere-se a realização de pesquisas futuras que investiguem a aplicação dessas estratégias em diferentes contextos educacionais, bem como estudos de natureza qualitativa e quantitativa que explorem a percepção de professores, estudantes e famílias acerca da mediação comportamental frente ao Transtorno Opositivo Desafiador.

Por fim, conclui-se que a mediação comportamental em sala de aula constitui um recurso pedagógico fundamental para o enfrentamento dos desafios impostos pelo Transtorno Opositivo Desafiador, desde que articulada a políticas públicas, formação docente e suporte institucional. Ao promover práticas educativas inclusivas e mediadoras, a escola reafirma seu compromisso com o desenvolvimento integral dos estudantes e com a construção de uma educação pautada na equidade, no respeito à diversidade e na garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Jucimara Barros; MARTINS, Tatiane Cristina. A psicopedagogia no atendimento de crianças com transtorno oppositor desafiador. *Caderno Intersaberes*, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 163-179, 2021.
- BEZERRA, Aguida Roberta Silva; SANTOS, Maria Eduarda Lima; OLIVEIRA, Renata Gomes; COSTA, Jéssica Karoline Alves. Transtorno oppositor desafiador (TOD) no contexto escolar: uma revisão da literatura. *Revista Educação e Humanidades*, v. 5, n. 1, p. 59-80, 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Art. 205 e 208.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Psicossocial: CAPS Infantil. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças e adolescentes. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.
- RIBEIRO, Kátia Maria Carregosa; ALVES, Paula Assis; PIZZANI, Luana Amorim; MORAES, Erika Nayara Oliveira; FERREIRA, Mariana Almeida; RAMOS, Maria Eduarda; DIAS, Bruna Moreira Lima; CARVALHO, Gabriela Cardoso Feitosa Pessoa; SOUZA, Larissa Calasans dos Santos; TEXEIRA, Lídia Magalhães; CARDOSO, Camila Grothe Quarentei; DUARTE, Rafaela Ribeiro; FERREIRA, João Felipe Possidônio; FEUERSHUETTE, Caroline; SILVA, Rodrigo de Barros. Transtorno oppositor desafiador: impactos no desenvolvimento infantil. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 5, p. 900-907, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n5p900-907.
- CÔRTEZ, Leila de Oliveira. Transtorno desafiador oppositor na infância. *Revista Portuguesa de Ciências e Saúde*, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2021.
- CORRÊA, Ana Larissa Gama Pacheco; SILVA, Juliana Mendes; OLIVEIRA, Camila Rocha; SANTOS, Renata Lopes. Transtorno oppositor desafiador: uma revisão de literatura. *Enfermagem Brasil*, v. 22, n. 6, p. 1234-1243, 2023.
- GOMES, Isabela Cristina Silva Tavares; SILVA, Danielle de Moraes e; PIRES, Lucas dos Santos. Entre um laudo e uma lei: um estudo de caso de transtorno oppositor desafiador (TOD). *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. e91811, 2025.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; MORAIS, Mariana Peres; CONCEIÇÃO, Bianca Salles. Transtorno oppositor desafiador: relações de poder na sociedade governamentalizadora. *Conjectura: Filosofia e Educação*, v. 26, 2021.

MENDES, Larissa Calixto. Os desafios e práticas pedagógicas do professor em sala de aula com uma criança com transtorno oppositor desafiador. *Eventos Pedagógicos*, v. 13, n. 2, p. 272-281, 2022. DOI: 10.30681/rep.v13i2.6326.

MENEZES, Patrícia Oliveira; MENESES, Karinne Oliveira; DA SILVA DUARTE, Eli. O desafio do professor na alfabetização de crianças com transtorno oppositor desafiador. *Facit Business and Technology Journal*, v. 3, n. 39, 2022.

OLIVEIRA, Dhaniella Cristhina de Brito; COSTA, Danielle Rodrigues Monteiro da. Revisão da literatura sobre transtorno oppositor desafiador e transtorno de conduta: causas e proteção, estratégias escolares e relação com a criminalidade. *Ciência Cognitiva*, p. 360-369, 2021.

SOUSA, Paloma. Transtorno oppositor desafiador (TOD): problematizações a partir da educação básica. 2023. Trabalho acadêmico.

UTZIG, Silvia Mossi; CASTRO, Carine Jardim de; DIAS, Mara Aparecida de Miranda Batista; BALK, Rodrigo de Souza. Estratégias educacionais para promover a interação social de crianças com transtorno oppositor desafiador no âmbito escolar: uma revisão integrativa de literatura. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 47, n. 1, p. 250-263, 2022. DOI: 10.5216/ia.v47i1.71370.